

LABORATÓRIOS DE COCRIAÇÃO: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COMO FATOR CHAVE DE DESENVOLVIMENTO

CARLOS ALBERTO GUTIÉRREZ SALAZAR

INTRODUÇÃO

A inovação é um dos pilares fundamentais do governo aberto. É uma estratégia que se articula como um estilo de governança baseado na inclusão de atores no processo de políticas públicas. Da mesma forma, a participação cidadã contém um componente de deliberação que parte da escuta e do diálogo, indo além do processo eleitoral de votação, típico de uma democracia representativa, mas também em outras arenas públicas, onde é possível refletir sobre os processos de governo e, particularmente, suas respostas às demandas dos cidadãos, elementos que garantem o exercício da democracia participativa.

Com estas duas componentes: inovação e participação cidadã, pretende-se democratizar os espaços de planejamento do desenvolvimento territorial, nomeadamente com laboratórios de cocriação, enquanto espaços de deliberação que permitam estabelecer pontes comuns para a estratégia e resolução de conflitos. O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia do projeto Terri-Lab como um estilo de governança e inovação pública de baixo para cima, que a partir da abordagem de governo aberto busca resolver conflitos locais desde a perspectiva territorial na Colômbia. A primeira sessão mostra a relevância de levar em conta a abordagem de governo aberto por meio da adoção de planos de ação que buscam inovar e transformar a perspectiva de desenvolvimento territorial e seu impacto no local no regime político centralista colombiano. Na segunda sessão, é feita uma análise dos planos territoriais prospectivos realizados no âmbito do

projeto de investigação Terri-Lab, com os resultados do modelo baseado na liderança das comunidades. Termina com as conclusões.

GOVERNO ABERTO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE AÇÃO DO GOVERNO ABERTO NA COLÔMBIA

Governos se caracterizam pela organização a partir da resolução das demandas sociais dos integrantes de um território. Ou seja, sua organização depende de maneira particular da forma e do estilo que configuram as relações sociais e problemas públicos no território de sua jurisdição. No caso colombiano, a partir do conflito armado que gerou processos de pobreza, cultivos ilícitos e violência sistemática, configurou-se uma forma específica de planejar o desenvolvimento, deixando de fora elementos participativos e exibindo um estilo típico do regime político centralista.

A Colômbia se caracteriza por ser um país de regime central, que se divide em 32 departamentos e 1.123 municípios, além de outras divisões especiais como territórios indígenas, coletivos, entre outros, que dependem do governo nacional central no sentido administrativo, financeiro e político. Os departamentos recebem transferências da nação por meio de dois sistemas: o primeiro é o sistema geral de participações¹ e o segundo é o sistema geral de *royalties*. Isso significa que há uma dependência absoluta e que a abordagem descentralizadora instituída na carta magna, em muitos casos, se limita a uma desconcentração de entidades do âmbito nacional para a ordem local, sem que as mesmas possuam, no entanto, condições para uma atuação autônoma.

Esta forma de governar fechada e centralizada não permite uma resolução rápida dos conflitos, uma vez que os municípios não desenvolvem capacidades administrativas e financeiras que lhes permitam aliar o pensamento inovador e criativo à promoção de estratégias desenvolvidas de baixo para cima, com base no território e suas reivindicações. Dentro destes estilos encontra-se o modelo de governo aberto, que se assenta numa relação entre os cidadãos e o Estado baseada na disponibilização e aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) que, por sua vez, se traduzem nos princípios de participação, colaboração e transparência (OSZLAK, 2014, p. 7). A partir dessa definição, é possível estabelecer diretrizes colaborativas ao estilo de resolução de

¹ N.T.: O sistema geral de participações refere-se à transferência de recursos arrecadados pelo governo central colombiano às entidades territoriais do país, tal como instituído nos artigos 356 e 357 da Constituição Política da Colômbia de 1991.

conflitos, abrindo o processo de definição da agenda e colocando no centro do exercício de formulação do desenvolvimento diferentes atores relevantes e planejamento.

Este modelo tem sido promovido por entidades multilaterais como a *Open Government Partnership* (OGP), iniciada por Barack Obama e que conta com a adesão de mais de 71 países desde a sua criação em 2011. Trata-se de uma iniciativa que visa melhorar o desempenho do governo, promover a participação efetiva e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos seus cidadãos através da implementação de estratégias em termos de transparência, acesso à informação, participação cidadã, inovação (ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA, 2022).

A Colômbia faz parte deste projeto desde 2012, cabendo-lhe a coordenação de planos de ação para o desenvolvimento. Dentro do primeiro plano de ação, que marcou a adesão da Colômbia, foram identificados 17 compromissos, formados com base na participação cidadã desde a realização de duas pesquisas até os registrados no urnas de vidro², das quais foram recebidas 1.702 respostas com 6.000 pessoas impactadas. Dentro dessas ações, são identificados os seguintes relacionados ao desenvolvimento territorial (ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA, 2012):

- Plano de acompanhamento do projeto de saneamento básico: promoção da eficiência e prestação de contas nas empresas de adutoras e esgotos e sistema de acompanhamento do Ministério da Habitação, Cidade e Território, para execução dos investimentos.
- Governo, setor privado e aliança da sociedade civil: impactando questões de infraestrutura e serviços públicos residenciais.

O segundo plano de ação “governo aberto para a inclusão social e territorial” (2015-2017), ancorou-se nos objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2015-2018 “Todos por um Novo País: paz, equidade e educação”. Neste plano, foi trabalhada a perspectiva territorial em 19 compromissos destinados a concretizar-se nos departamentos [subnacionais] e municípios do país, ou seja, no sentido do fortalecimento institucional territorial. Entre os compromissos relacionados com o desenvolvimento territorial, identificam-se os seguintes (ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA, 2015):

- Participação cidadã e responsabilização no setor extrativista: conceber e implementar uma estratégia de formação, sensibilização e capacitação para

² Iniciativa do governo colombiano para a transparência das entidades governamentais.

cidadãos, autoridades locais e organizações sociais - nacionais, territoriais e locais - em torno da cadeia de valor do setor extrativista.

- Fortalecer a participação cidadã: desenvolver ações de diálogo com os cidadãos para fortalecer a prestação de contas [*accountability*]; a formulação e implementação da rota de participação nacional; e a formação das “*Consultivas*”, mecanismo participativo específico para as comunidades negra, afro, *raizal*³ e *palenquera*⁴.
- Transparência e participação cidadã nos *royalties*: desenvolvimento de uma ferramenta que universaliza o acesso, visualização e consulta georreferenciada da informação relativa às dotações, estado de execução, andamento das obras e outras informações relevantes associadas à execução de recursos de todas as fontes de investimento do poder público (Orçamento Geral da Nação, Regime Geral de Participações e Regime Geral de *Royalties*), o que permite maior transparência na aplicação dos recursos e maior acompanhamento cidadão na execução dos recursos de investimento.
- Transparência e responsabilização para uma melhor gestão territorial: aprofundar a descentralização, melhorando as capacidades de gestão, institucionais e técnicas tanto do Governo Nacional como dos governos territoriais, para o efetivo cumprimento das suas competências.
- Melhor acesso aos serviços e procedimentos na justiça, saúde, educação, meio ambiente e inclusão social: racionalizar e automatizar procedimentos, incorporando as contribuições dos cidadãos. Da mesma forma, facilitar o acesso aos serviços nos setores prioritários através da integração das ofertas nos canais presenciais e virtuais, notadamente no Portal SI. Transparência, participação cidadã e uso inovador de tecnologias são os princípios relacionadas da AGA.

O terceiro plano de ação "Colômbia rumo a um Estado Aberto", para o período 2017-2019, teve a particularidade de fazer parte do processo de implementação do Acordo Final para a Resolução do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura entre o Governo Nacional colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP). O plano baseou-se em dois pilares: aumentar a inclusão de atores (da academia e do setor privado) e iniciar a consolidação do estado aberto no nível subnacional. No total, foram formulados 26 compromissos, focados nas questões de confiança, desenvolvimento econômico inclusivo, paz territorial, combate à corrupção, cuja aplicação se estende aos poderes executivo, legislativo e judiciário. Entre os

³ N.T.: Povos originários do arquipélago colombiano de *San Andrés, Providencia e Santa Catalina*.

⁴ N.T.: Povos originários da região de *San Basilio de Palenque e Barranquilla*, na Colômbia.

compromissos relacionados com o desenvolvimento territorial, identificam-se os seguintes (ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA, 2017):

- Controle social da manutenção e conservação de estradas de terceiro nível: promoção de iniciativas de controle social com o intuito de deixar capacidades instaladas para que as comunidades possam exercer a fiscalização, determinar a pertinência das obras realizadas e exigir a efetiva responsabilização. Publicação, através de uma plataforma digital, de informação relevante sobre a execução dos recursos do plano 50*51 para a reabilitação de estradas terciárias.
- Sistema de Prestação de Contas do Acordo de Paz: articulação entre os atores que prestam contas - tanto nacional como territorialmente -, com atores que possam estimular os processos de informação e diálogo, e com aqueles que exercem controle social; bem como promoção de diretrizes que harmonizem forma, metodologias e instrumentos de prestação de contas nesta matéria.
- Política Departamental de Governo Aberto: Desenhar e implementar um projeto de Governo Aberto.

Finalmente, o IV plano de ação "Colômbia: um Estado aberto para a consolidação da equidade e o fortalecimento da confiança cidadã (2020-2022)" foi gerado a partir de uma metodologia que buscou levar em conta a visão dos compromissos nacionais e dos compromissos territoriais. Dividido em áreas temáticas, o plano foi resultado de conversa com especialistas, workshops com a sociedade civil, análise de informações, cocriação, consulta pública e geração de propostas, resultando em um total de 15 compromissos ancorados nas metas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018 - 2022 e nas informações disponibilizadas pelos órgãos do poder judiciário e legislativo. Entre os compromissos relacionados com o desenvolvimento territorial, identificam-se os seguintes (ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA COLOMBIA, 2020):

Compromissos do executivo nacional:

- Controle social de projetos de investimento *Royalties* COVID-19: participação individual e em grupo de cidadãos, de modo a gerar insumo para o acompanhamento seletivo e preventivo do Sistema de Monitoramento, Acompanhamento, Controle e Avaliação e, assim, garantir o uso eficiente e eficaz dos recursos de *royalties*.

Compromissos do executivo territorial:

- Democratização do desenvolvimento local, Governo Aberto de Bogotá: vinculação dos cidadãos ao planejamento, priorização e desenvolvimento de

ações locais que levem à entrega eficiente e oportuna de bens e serviços pelas prefeituras locais, com base no uso e exploração das TIC para gerar valor no desenvolvimento local e aumentar a confiança, em resposta às demandas e expectativas dos cidadãos.

- Estratégia de Governo Aberto de Cali: desenho e implementação da fase inicial da estratégia de governo aberto em Cali, na qual soluções para problemas públicos relacionados a compras públicas, meio ambiente e gênero são geradas por meio de iniciativas de participação cidadã, dados abertos e inovação.
- Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Departamental do Governo de Boyacá: implementação de um sistema público de análise transversal, monitoramento e controle do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD) em colaboração com o Conselho Departamental de Planejamento (composto por representantes da Sociedade Civil, sindicatos, etc.) como ferramenta tecnológica de transparência e prestação de contas, que permite a participação cidadã para receber contribuições na execução do PDD.
- Escola de Governo Aberto e “Diálogos *Valle del Cauca*” do Governo do Valle del Cauca: promover a incidência efetiva de cidadãos na gestão pública do Governo do Valle del Cauca. Capacitação de 200 lideranças cidadãs, com enfoque territorial e representativo dos municípios do departamento, através da Escola de Governo Aberto, e geração de 20 diálogos entre os cidadãos e a Administração Departamental, cujos resultados serão insumos para a tomada de decisões tomadas de decisões públicas em torno das questões identificadas.

Nesta análise, é possível identificar os seguintes pontos. Primeiramente, conforme mencionado por Gutiérrez e Salas (2020, p. 395, tradução nossa):

A Colômbia tem uma representação total de 23% na promoção do valor da participação pública, em seus planos de ação nacionais 1, 2 e 3 (o quarto plano estava sendo elaborado no período de análise deste documento). Ou seja, de 47 compromissos em todos os planos, apenas 11 pertencem à categoria pública. participação no período de análise.

Os dois primeiros planos foram enquadrados a partir de um contexto nacional, priorizando a confiança do cidadão na construção dos próprios planos de ação, o aspecto tecnológico e os processos de transparência e prestação de contas são muito fortalecidos, com base na inclusão de atores no processo de design. Para os dois primeiros planos foi levado em conta um aspecto de legitimidade, com processos mais inclusivos que permitiram a participação de diferentes setores para obter um melhor desempenho a partir da adoção dos compromissos e uma maior corresponsabilidade no processo de implementação.

A partir do terceiro plano de ação, vislumbra-se mais um componente do planejamento do desenvolvimento territorial, com a integração do esquema de governo aberto do departamento de Nariño⁵. Tal componente gera um esquema de incidência da política de desenvolvimento não só desde o aspecto do planejamento do desenvolvimento vinculado ao acordo de paz, mas também ao processo de planejamento de desenvolvimento departamental. É importante mencionar que os acordos para acabar com o conflito com as antigas FARC foram um elemento chave na história da Colômbia, pois o componente de descentralização, regionalização e inclusão territorial tornou-se o centro do planejamento do desenvolvimento. Nesse sentido, foram criados os programas de desenvolvimento com enfoque territorial (PDET), uma iniciativa do atual governo que demonstrou o compromisso com a participação cidadã, além do cumprimento dos acordos de Havana para a população vítima do conflito armado, e que busca mitigar as barreiras da violência com maior investimento em alguns municípios da Colômbia que foram catalogados com este rótulo.

Para o quarto plano, observa-se uma metodologia inovadora de cocriação, incluindo compromissos territoriais a partir do exercício do estado aberto (que inclui os três poderes), incluindo ramos do poder público e órgãos de controle.

Também é identificada a geração de iniciativas territoriais, como o caso de: Plataforma de Dados Abertos - Banco de Licitações Abertas da Prefeitura de Palmira, Estratégia de Transparência Ativa da Prefeitura de Yumbo, Governo Aberto da Prefeitura de Bogotá, Governo Aberto do Prefeito de Cali, Governo de Boyacá, diálogos do Governo do Valle del Cauca. Por fim, é possível afirmar que, no âmbito dos quatro planos de ação, evidencia-se a ideia de reforço da confiança dos cidadãos perante o governo e os diferentes poderes, além de um forte e crescente componente de planejamento do desenvolvimento.

Uma crítica que se faz aos planos nacionais de governo aberto e aos compromissos analisados é o fato de não levarem em consideração os processos comunitários, a partir da inclusão da liderança social, ou seja, os processos dos planos têm se caracterizado por serem demasiado centralizados e pouco aberto a incorporações de baixo para cima (*bottom up*). Em outras palavras, há uma lacuna na inclusão do território e das suas reivindicações para além daquelas geradas na administração pública nacional, de forma

⁵ Nariño tornou-se o primeiro departamento da Colômbia a apresentar um plano subnacional de governo aberto, o que o posicionou nacional e internacionalmente, uma vez que os planos locais de governo aberto estavam apenas sendo desenvolvidos nos países membros da OGP.

ligada à administração pública territorial e ao planejamento do desenvolvimento territorial.

Isso é vislumbrado nos compromissos do IV plano de ação, que apesar de contemplar uma divisão marcada entre compromissos nacionais e territoriais, poderia pautar-se por uma articulação mais próximas com entidades territoriais para o estabelecimento de redes e inteligência organizacional, visando o melhor alcance das realizações esperadas. Uma sugestão seria trabalhar questões relacionadas a finanças públicas, acompanhamento de recursos e implementação das TIC através de mesas técnicas que permitam reforçar as capacidades dos territórios, a partir da articulação entre administração central e administração territorial.

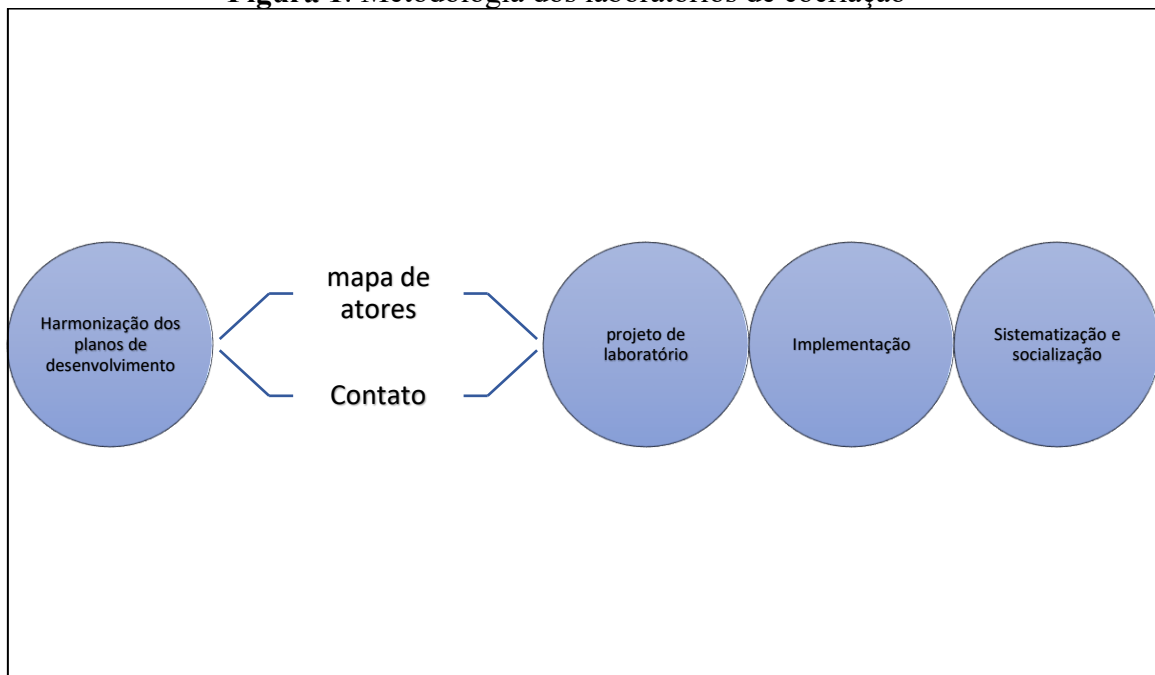
ANÁLISE DOS PLANOS TERRITORIAIS PROSPECTIVOS DOS LABORATÓRIOS TERRI-LAB: UM MODELO BASEADO NA LIDERANÇA DAS COMUNIDADES

Os laboratórios de cocriação de Cauca chamados Terri-Lab constituem um projeto interinstitucional financiado pela Escola Superior de Administración Pública da Colômbia (ESAP), em aliança com o Centro de Estudos de Estado e Sociedade da Argentina (CEDES). Trata-se de uma pesquisa aplicada que busca intervir em municípios de maior violência e pobreza na Colômbia para melhorar sua visão compartilhada do território. Esse projeto se materializa através da realização de uma série de espaços de participação cidadã que têm como centro o diálogo e a escuta desde a perspectiva territorial. Esses tipos de espaços são gerados a partir da ausência de relações estreitas entre governos locais e cidadãos, organizações da sociedade civil e setor privado na resolução dos principais conflitos dos municípios. Os laboratórios de cocriação foram implementados em três municípios de Cauca (Caldono, Morales, Piendamó), que fazem parte do já mencionados PDET.

A metodologia destes laboratórios consta de quatro fases: a primeira consiste em um processo de harmonização dos planos de desenvolvimento a nível nacional, departamental e municipal. Neste momento, procura-se encontrar as linhas estratégicas para a conformação do tema do laboratório de cocriação. Na segunda fase, é realizada uma análise dos atores a partir de uma matriz que busca identificar quem serão os beneficiários, colaboradores e opositores do laboratório. A terceira fase consiste no contato com os atores previamente identificados com os quais são realizadas entrevistas

semiestruturadas com o objetivo de identificar espaços de participação cidadã previamente realizados (entendidos como precedentes de participação no território). Nestas entrevistas também são solicitadas cinco ideias sobre quais temas deveriam pautar a atuação dos laboratórios, informação que serve de entrada para a atividade de criação do plano prospectivo. E, finalmente, na quarta fase, o laboratório é projetado e implementado a partir de uma temática principal. A atuação do laboratório é a de construir até dez planos prospectivos, de acordo com os temas mais relevantes escolhidos como linhas estratégicas dos planos de desenvolvimento municipal. Esta fase culmina com a sistematização de um relatório técnico para cada laboratório, que é socializado num segundo momento junto aos municípios.

Figura 1: Metodologia dos laboratórios de cocriação



Fonte: Elaboração própria.

Abaixo estão os resultados dos três planos prospectivos dos laboratórios realizados nos municípios de Caldono, Morales e Piendamó.

Quadro 1: Planos prospectivos dos laboratórios de cocriação Cauca

Município	Tema do laboratório	Plano prospectivo
Caldono	Paz e coexistência territorial	Proteção de representantes sociais Fortalecimento educacional Espaços de diálogo Investimento social Projetos produtivos

		Mesas de participação e reconhecimento Política rural integral e inclusiva Modelos digitais e tecnológicos para iniciativas sociais Inovação aberta Soluções em saúde, justiça e inclusão
Morales	Paz, liderança e desenvolvimento institucional	Educação integral Escola de líderes Serviços públicos e saneamento básico paz e convivência Produção, transformação e comercialização empreendedorismo Empoderamento de organizações de base Políticas públicas que fazem sentido Sistemas de informação para planejamento Implementação PDET
Piendamó	Paz e Direitos Humanos	Família Educação integral Meio Ambiente Identidade cultural Direitos humanos e direitos ambientais Processos de treinamento Promoção e desenvolvimento comunitário Implementação de acordos de paz Inclusão e equidade social

Fonte: Dados básicos: ESAP, 2021a, 2021b, 2022.
Elaboração própria.

Dentro do Plano Prospectivo de Caldono, é possível analisar que os participantes, entre eles o setor privado (empresas presentes no município), governo local com seu prefeito, lideranças de comunidades indígenas, camponeses, jovens, mulheres e professores, descobriram que a relevância deveria estar nas questões de empreendedorismo, investimento social, capacitação, educação, questões rurais e aspectos de apropriação digital.

No Plano prospectivo de Morales, é possível constatar que os processos de formação de lideranças são uma questão prioritária para os participantes, além das questões de investimento em empreendimentos locais, com sentido de produção, transformação e comercialização, além da implementação dos planos do PDET e programas estabelecidos na lei e no acordo de paz.

Em referência ao terceiro plano prospectivo de Piendamó, é possível determinar que os principais temas surgiram em torno do componente familiar, dos processos formativos, do meio ambiente, da paz e dos componentes econômico, cultural e ambiental. É certo que este município contém um dos setores com maiores vítimas do

conflito armado, já que é destino desta população devido à sua localização geográfica e mercado. Assim, o seu plano prospectivo contém fortes raízes no desenvolvimento comunitário com uma vertente de investimento na família e na população jovem, bem como de formação de lideranças de base comunitária.

Em linhas gerais, esses três planos prospectivos foram elaborados a partir de consultas entre os prefeitos dos municípios, organizações da sociedade civil e empresas locais. Assim, fica a evidência de que exercícios de cocriação baseados na diferença geram riqueza, e que a partir da geração desse tipo de estratégia é possível chegar a acordos com diferentes visões de mundo e pontos de vista sobre questões de desenvolvimento territorial. Uma próxima etapa concretizar-se-ia com a estruturação destas ideias em projetos financiados pelos setores públicos, mas também pelo investimento privado e pela cooperação internacional, de forma a transformar o território de baixo para cima.

CONCLUSÕES

Como resultado do exercício dos laboratórios Terri-Lab, pode-se mencionar que os governos locais devem criar espaços de diálogo e escuta para gerar estratégias de resolução de conflitos com base na participação cidadã.

As lideranças pertencentes às organizações da sociedade civil dos municípios dispõem de recursos de conhecimento vitais para a compreensão e abordagem das demandas territoriais, o que garante o desenho de planos e programas eficazes na mitigação de causas e efeitos na fase de formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Os laboratórios de cocriação são espaços de participação que geram confiança dos cidadãos em relação aos governos locais, que se beneficia da legitimidade dos prefeitos que participaram desses exercícios por meio de sua presença institucional, além de fortalecer a incidência no processo de agendamento, gerando canais eficazes de baixo para cima.

Entre as limitações que se encontram neste tipo de espaço está o conflito que continua a ser vivido nos territórios, que limita vários fatores, em primeiro lugar a mobilidade, já que em muitos casos o encerramento de estradas é a forma como se dirige o protesto social, e que em alguns casos acaba em conflito com as forças armadas, em segundo lugar, o ambiente de insegurança acaba limitando a presença e participação de

algumas lideranças que não podem ser visíveis devido a ameaças, e em terceiro lugar, esse ambiente de violência acaba limitando investimentos futuros do privado, devido à baixa institucionalidade e capacidade do território para mitigar os riscos ligados a um território com elevada pobreza, mas contraditoriamente com elevada riqueza cultural, ambiental e social.

REFERÊNCIAS

ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA. **¿ Qué es AGA?** Bogotá: AGA, 2022. Disponível em: <https://agacolombia.org/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA. **II Plan de Acción 2015-2017 Colombia:** gobierno abierto para la inclusión social y territorial. Bogotá: AGA, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_baj4F6c2c6a1xYGU1hpRvP_aFoacj3W/view. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA. **IV Plan de Acción Nacional de Estado Abierto 2020-2022 Colômbia:** un estado abierto para la consolidación de la equidad y el fortalecimiento de la confianza ciudadana. Bogotá: AGA, 2020. Disponível em: <https://agacolombia.org/planes-de-accion/cuarto-plan/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA. **Plan de acción de Colombia:** alianza para gobierno abierto. Bogotá: AGA, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-f4pThcY7lBmvaG0NcKRqtsBxLPSYWUs/view>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALIANZA GOBIERNO ABIERTO COLOMBIA. **Tercer Plan de Acción Nacional 2017-2019:** Colombia hacia un estado abierto. Bogotá: AGA, 2017. Disponível em: https://somosmas.org/aga/docs/III-Plan-Colombia_GobAb.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

ESCUELA SUPERIOR DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA (Colombia). **Informe de resultados I laboratorio de co-creación de Caldoño – Cauca.** [S.l.]: Esap, 2021a.

ESCUELA SUPERIOR DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA (Colombia). **Informe de Resultados II laboratorio de co-creación de Morales – Cauca.** [S.l.]: Esap, 2021b.

ESCUELA SUPERIOR DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA (Colombia). **Informe de resultados III laboratorio de co-creación de Piendamó – Cauca.** [S.l.]: Esap, 2022.

GUTIÉRREZ SALAZAR, Carlos Alberto; SALAS DURAZO, Ivan Alejandro. Fortalecimiento de la participación ciudadana en los planes de acción de la Open Government Partnership. *In:* RUIZ, Antonio; SALAS DURAZO, Iván Alejandro (ed.). **Temas contemporáneos de investigación en economía y políticas públicas.** Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2020. p. 379-404. Disponível em: <https://www.cucea.udg.mx/include/publicaciones/coorinv/pdf/TemasContemporaneosdeInvestigacionenEconomiayPoliticasyPublicas.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OSZLAK, Oscar. Gobierno abierto: hacia un nuevo paradigma de gestión pública. *In:* OSZLAK, Oscar; KAUFMAN, Ester. **Teoría y práctica del gobierno abierto:** lecciones de la experiencia internacional. Buenos Aires: OEA: Red Gealc, 2014. p. 5-

56. Disponível em:

<http://www.icaei.org.mx/images/Gobierno%20Abierto/Biblioteca/EN%20EL%20MUNDO/cuatro.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.